

ARGUMENTAÇÃO E ENSINO: A ANÁLISE DE UMA CRÔNICA JORNALÍSTICA

Lúcia Helena Martins GOUVÊA* (UFRJ)

RESUMO: Usando-se, como fundamentação teórica, a Semiologia do Discurso e a Semântica Argumentativa, e partindo-se do estudo de uma crônica jornalística, propõe-se uma metodologia de tratamento do tema “argumentação” em sala de aula, visando a contribuir com o trabalho do professor para o desenvolvimento da competência argumentativa do aluno.

RESUMÉE: Pour travailler le thème “l’argumentation” dans la salle de classe, on propose une méthodologie à partir d’une chronique du journal. Pour cela, on va employer, comme fondation théorique, la Sémiolinguistique du Discours et la Sémantique Argumentative.

1 Introdução

Este trabalho tem como proposta a apresentação de uma metodologia de tratamento do conteúdo “argumentação”, em sala de aula.

Essa proposta tem como motivação o fato de o tema constituir, na atualidade, uma preocupação do professor de Português, preocupação cuja justificativa tem três principais origens: a) a conscientização da importância do ato de argumentar nas relações humanas e sociais de um modo geral; b) a consciência de que os estudos do texto, até pouco tempo, privilegiavam o ato de narrar e o de descrever; c) a noção de que o ato de argumentar envolve operações mentais mais elaboradas, que, inclusive, requerem certa habilidade com os dois outros atos.

Assim, com a finalidade de oferecer subsídios ao professor para que ele possa desenvolver a competência argumentativa do aluno, estudar-se-á o assunto, mostrando-se que a argumentação é um processo que deve ser trabalhado, levando-se em conta a macro e a microestrutura textual.

Considerando-se desse modo a questão, este trabalho terá como apoio teórico a Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau (1992), e a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot (1987).

Quanto ao tipo e ao gênero textual escolhidos, analisar-se-á um texto jornalístico (O Globo, 2003), tendo em vista que esse tipo representa o Português Padrão atual, e, especificamente, a crônica, uma vez que esse gênero é rico em estratégias argumentativas.

Objetivando-se contribuir para o estudo do processo da argumentação nas aulas de Português, apresentam-se, a seguir, os pressupostos teóricos.

2 Pressupostos teóricos

Segundo Charaudeau (1992, p. 783), para que haja argumentação, a existência de três elementos é indispensável: 1) uma *proposta* sobre o mundo que provoque um questionamento quanto à sua legitimidade; 2) um *sujeito* que se engaje nesse questionamento e desenvolva um raciocínio (argumento) para estabelecer uma verdade (tese) sobre essa proposta; 3) um *outro sujeito* que, relacionado à mesma proposta, questionamento e verdade, seja o alvo da argumentação.

Considerando-se, então, um texto de caráter argumentativo e levando-se em conta o fato de a *proposta* ser uma proposição capaz de gerar polêmica (OLIVEIRA, 1996, p. 75), registra-se que ela pode estar *implícita* ou *explícita*. Neste último caso, será uma citação ou alusão a uma assertiva presente em outro texto, em que funcionará como verdade estabelecida. O *enunciador da proposta*, por outro lado, pode ser *individual* ou *coletivo* [(1) *Alguns sociólogos dizem que as desigualdades só diminuirão quando se oferecer educação a todos*]. Se for *individual*, pode ser um indivíduo qualquer ou até o próprio autor do texto objeto da leitura, em outro momento de sua vida [(2) *Um cientista político declarou que (...)* / (3) *Quando eu era jovem eu considerava que (...)*].

* E-mail: lhluar@yahoo.com.br / Tel.: 21- 2254-0701 / Fax: 21- 3872-3502

Em se tratando de uma verdade estabelecida, por um sujeito, sobre a proposta, e considerando-se o mesmo texto de caráter argumentativo, tem-se a *tese*, proposição cuja veracidade o autor procura demonstrar (cf. OLIVEIRA, 1996, p. 75). Pode *coincidir* com a proposta, ser uma *variante* dela, ou ser a sua *negação total* ou *parcial* [(4) *Alguns sociólogos dizem que (...), e isso é verdade* / (5) *Os organizadores afirmam que (...), e é mais ou menos isso* / (6) *Dizem que (...), mas, na realidade, as coisas são diferentes* / (7) *Antigamente eu pensava que (...), mas hoje não penso exatamente desse modo*].

Finalmente, quanto ao *raciocínio* desenvolvido para a *defesa da tese* do texto, têm-se os *argumentos*, que podem ser *pró-tese* ou *antitese*.

São *pró-tese* os argumentos que se constituem em proposições destinadas a defender a tese, relacionando-se dos seguintes modos com ela: T (e eu digo isso), porque A / A, portanto T (relação sindética); T – A (relação assindética) (cf. OLIVEIRA, 1996, p. 76).

Observem-se os exemplos:

(8) *Algumas pessoas dizem que criar filhos com energia provoca traumas profundos (P). Entendemos, porém, que o que provoca um prejuízo incalculável é criá-los sem limites (T), porque (pois), quando se cresce sem limites, espera-se que o mundo se dobre às próprias vontades, o que nunca acontece, restando uma vida de frustrações (A).*

(9) *Quando as crianças crescem sem limites, elas esperam que o mundo se dobre às próprias vontades, o que nunca acontece, restando uma vida de frustrações (A); portanto, criar filhos sem limites causa-lhes um prejuízo incalculável (T).*

(10) *Criar filhos sem limites causa-lhes um prejuízo incalculável (T). Quando se cresce sem limites, espera-se que o mundo se dobre às próprias vontades, o que nunca acontece, restando uma vida de frustrações (A).*

São *antitese* os argumentos que consistem em proposições contrárias a tese, isto é, que defendem a tese de outrem e que se apresentam desta forma: X, mas Y (X é o argumento antitese) / X embora Y ou embora Y, X (Y é o argumento antitese). Z é a tese. Vejam-se os diálogos abaixo:

(11) – *Você deve ir à praia, pois o dia está bem quente.*

– *Está bem quente (X), mas eu tenho muito trabalho para hoje (Y), portanto não devo ir à praia (Z).*

(12) – *Estamos no inverno; portanto você não deve passear na praia.*

– *Estou com calor (X), embora estejamos no inverno (Y), portanto vou passear na praia (Z).*

(13) – *Estamos no inverno; portanto você não deve passear na praia.*

– *Embora estejamos no inverno (Y), estou com calor (X), portanto vou passear na praia (Z).*

Tratando-se ainda dos argumentos, mas agora do ponto de vista da *macroestrutura*, vale registrar que as tipologias são variadas, segundo alguns estudiosos do assunto. Perelman (1996, p. 219, 297,399), por exemplo, apresenta os argumentos *quase lógicos*, os *baseados na estrutura do real* e os *que fundamentam a estrutura do real*; Toulmin (2001, p. 176) apresenta os argumentos *analíticos* e os *substanciais*. Aqui, será usada a tipologia de Gouvêa (2002, p. 72), tipologia que se fundamenta nos *modos de organização do discurso*, de Charaudeau (1992, p. 641).

O lingüista distingue tipos de textos, gêneros textuais e modos de organização do discurso. São tipos de textos o *jurídico* e o *jornalístico*, por exemplo; estão inseridos nesses tipos os gêneros textuais *petição* e *sentença*, v.g., e *reportagem* e *crônica jornalística*, v.g.; são modos de organização do discurso o *descritivo*, o *narrativo*, o *argumentativo* e o *enunciativo*.

Apoiada no valor desses modos de organização, Gouvêa apresenta uma tipologia argumentativa que consiste em argumentos do tipo *fatos, dados e raciocínios*.

O *argumento do tipo fatos* está relacionado ao *modo narrativo*, cuja característica central é relatar um acontecimento, com uma dada intenção, para um destinatário e de certa maneira, e cujos constituintes são: os agentes, que representam determinados papéis, os processos, que ligam os agentes, e as seqüências, que ligam processos e agentes.

Observe-se o próximo trecho, em que uma menina declara o seguinte de seu coleguinha da escola:

(14) *O Alex é maluco (tese). Saiu de casa de manhã cedo e foi para a escola. Assim que chegou lá, passou a dar soco nas paredes, chutar os colegas e rasgar a roupa. Depois, calmamente, pegou sua mochila e foi embora (argumentos).*

No que se refere aos *argumentos do tipo dados*, encontra-se uma relação íntima com o *modo descritivo* de organização do discurso, modo que consiste, segundo Charaudeau, em deitar sobre o mundo um olhar estático que faz existirem os seres, nomeando-os, localizando-os e atribuindo-lhes qualidades que os singularizam.

Como o *modo descritivo* está intimamente ligado ao narrativo (e ao argumentativo) – dá-lhe sentido, pois as ações somente significam algo se relacionadas às identidades e às qualificações de seus agentes – observe-se (14), em que o personagem principal é nomeado, situado no espaço e no tempo e caracterizado de uma certa forma.

Por fim, no que concerne aos *argumentos do tipo raciocínio*, identifica-se uma relação com o *modo argumentativo* de organização do discurso, modo cuja principal característica é estabelecer laços de causalidade entre o conteúdo das asserções, e cuja função é permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo (teses), com o objetivo de atuação sobre o sujeito-alvo.

Veja-se um exemplo:

(15) *O Alex é maluco* (tese), **pois**, inesperadamente, passou a dar soco nas paredes e até mesmo chutar os colegas (argumentos).

Observe-se que é neste ponto, ao se tratar do *argumento do tipo raciocínio*, que se volta o olhar para a *microestrutura textual* e se aborda o tema **operadores argumentativos**. É neste ponto, ainda, que se desvia o foco de observação do conteúdo informacional para os mecanismos lingüísticos.

Ducrot, o codificador da Semântica Argumentativa (Semântica da Enunciação), criou o termo *operadores argumentativos* para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados. Esses elementos são responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando sua orientação argumentativa. São operadores morfemas como **aliás, pois, também, já** etc.

Para explicar o funcionamento dos operadores, Ducrot utiliza-se de duas noções básicas: classe argumentativa, que ele define como um conjunto de enunciados que constituem argumentos de mesmo peso para uma dada conclusão; e escala argumentativa, que ele define como um conjunto de enunciados que se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma dada conclusão.

A partir desses dois conceitos, entende-se o funcionamento dos operadores, articulando os enunciados e tecendo a teia argumentativa. Veja-se um exemplo em que os enunciados têm o mesmo peso (16), e o exemplo correspondente com os enunciados articulados por operador argumentativo cuja função é somar argumentos de peso equivalente, a favor de uma dada conclusão (17):

(16) *Este menino tem futuro* (tese).

É responsável. É estudioso. É inteligente. (argumentos de mesmo peso)

(17) *Este menino tem futuro. É responsável, estudioso e, além disso, inteligente.*

No exemplo que se segue (18), vêm-se enunciados em que há uma gradação de força crescente. Em (19), os mesmos enunciados estão articulados por um operador cuja função é assinalar o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de uma dada conclusão. Em (20), há enunciados numa gradação de força crescente, apontando para a negação da conclusão, e, em (21), os enunciados articulados por um operador cuja função é assinalar o argumento mais forte.

(18) *O trabalho da aluna estava excelente.* (tese, conclusão)

Ela ganhou a nota mais alta da classe. Obteve o primeiro lugar dentre os trabalhos de toda a escola. Recebeu o prêmio de melhor trabalho dentre as escolas da cidade. (argumentos em escala crescente)

(19) *O trabalho da aluna estava excelente. Ela recebeu a nota mais alta da classe, o primeiro lugar dentre os trabalhos de toda a escola e até mesmo o prêmio de melhor trabalho dentre as escolas da cidade.*

(20) *O trabalho da aluna não estava bom.* (tese, conclusão negada)

Ela não recebeu o prêmio de melhor trabalho dentre as escolas da cidade. Não obteve o primeiro lugar dentre os trabalhos de toda a escola. Não ganhou a nota mais alta da classe. (argumentos em escala crescente, apontando para a conclusão negada)

(21) *O trabalho da aluna não estava bom. Ela não ganhou o prêmio de melhor trabalho dentre as escolas da cidade, não obteve o primeiro lugar dentre os trabalhos de toda a escola, nem mesmo recebeu a nota mais alta da classe.*

Muitas são as estratégias utilizadas pelos autores de textos de cunho argumentativo, estratégias que se caracterizam pelo uso dos elementos da língua para argumentar. Aqui, entretanto, será explorado somente mais um conteúdo: as informações implícitas; mais especificamente a **pressuposição**.

Em (22) *Jacques continua fumando*, Ducrot (1987) afirma que existem dois conteúdos semânticos identificáveis. Um conteúdo é declarado; é o conteúdo posto – Jacques fuma –; o outro fica à margem da discussão; é o conteúdo pressuposto – Jacques já fumava antigamente. O componente lingüístico a que ele faz referência como índice da informação pressuposta é o verbo **continuar**. É esse elemento lingüístico que sinaliza que Jacques já fumava anteriormente.

O verbo **continuar** bem como outros que indicam permanência ou mudança de estado (permanecer, deixar de, passar a etc.) são marcas lingüísticas denominadas **marcadores de pressuposição**. Funcionam como marcadores os advérbios **já, agora, ainda etc.**, além de conectores circunstanciais como **desde que, depois que, embora etc.** Em (23) *Embora tenha chegado atrasado, fez todo o serviço do dia*, observam-se dois conteúdos: o posto – fez todo o serviço do dia – e o pressuposto – ele chegou atrasado.

É pertinente acrescentar que o conteúdo pressuposto é a informação velha, portanto, ponto pacífico, enquanto o conteúdo posto é a informação nova e principal. Isso significa que o locutor, ao dizer, por exemplo, que *Jacques continua fumando*, prepara o ambiente para que o diálogo se desenvolva com um encadeamento do tipo *Ele vai acabar com a saúde*, e não com uma contestação. Se o interlocutor retrucar, afirmando que Jacques nunca fumou, o encaminhamento sobre os males do cigarro é interrompido.

Levando-se em conta, então, os temas abordados neste capítulo, bem como as linhas teóricas adotadas, observe-se, a seguir, a sua aplicação no caso concreto.

3 Análise de uma crônica jornalística

A crônica a ser analisada foi publicada pelo jornal O Globo em 24/04/03 e é de autoria da colunista Cora Rónai. Eis o texto:

Sangue e areia

Quando comecei a escrever esta coluna, em janeiro, achei que seria moleza. No fundo, coluna de segundo caderno é uma espécie de bate-papo: eu escrevo daqui, vocês lêem daí e vamos em frente, tocando a vida e pensando nas contas do fim do mês.

Mas - claro! - não é bem assim. Às vezes uma conversa interessantíssima, que dura um jantar inteiro, não dá mísero parágrafo; às vezes, o que a gente acha ótimo no domingo parece uma bobagem na segunda; e palavras perfeitamente boas, que faziam todo o sentido na conversa, se rebelam sem mais nem menos, e se recusam a impressionar o papel, por falta do gestual.

Há assuntos que tento, em vão, encaixar em algum lugar – o tempo passa e eles continuam mudos, atropelados pelos acontecimentos ou pelo meu estado de espírito. Outros, dos quais tento fugir, forçam a barra, dão um jeito de entrar na página. Do primeiro caso, não mostro exemplos, porque ainda tenho esperança de ver meus mudinhos dando o recado; do segundo, nem preciso falar – ultimamente, o ataque ao Iraque tem ocupado todos os espaços.

Não adianta imaginar que escrevo o que quero; a coluna se escreve. Este é um chavão dos mais batidos, mas me sigam, por favor: são tantas as coisas que influenciam a escrita que, no fim, a minha vontade é quase secundária.

Hoje mesmo, por exemplo: sobre o que eu poderia, ou deveria, escrever, num feriado prolongado – que não fosse sobre este trabalho, que me arranca do *dolce far niente*?

Sei que parece exagero, **mas** acreditem: não é. A partir do momento em que comecei a coluna, comecei a viver em função dela. **Não sei se isso acontece com os outros colunistas, mas minha referência básica passou a ser o que é ou não é bom assunto, ou até mesmo o que dá ou não dá boa ilustração.**

No domingo à tarde, na praia, duas carrocinhas de sorvete paradas perto d'água, ambas pintadas da mesma maneira tosca, anunciavam "7 bolas a 1 real". Os dois vendedores, sentados cada qual sobre sua carrocinha, davam um tempo e batiam um papo.

- Caramba, que foto que eu estou perdendo! exclamei. - Como é que fui deixar a máquina em casa?!

- Mãe, relax! - disse a Bia. - Esquece essa máquina! Você está na praia, curtindo o feriado. Que coisa!

Pensei: a Bia tem razão, tenho de aprender a me desligar. Decidi então reclinar a cadeira e deixar todas as fotos possíveis para lá, mas eis que pus a mão direita na ponta errada e uma catraca quase levou um pedaço do meu mindinho. Foi uma dor que nem vos conto e uma sangueira só. Bia imediatamente chamou um vendedor de mate, pediu uma pedra de gelo, embrulhou na canga e me deu.

Enquanto eu tentava achar a melhor forma de aplicar aquilo, uma moça se aproximou, solícita, com um copo de água mineral:

- Não põe o gelo na ferida **porque** pode queimar. Faz assim, ó: põe o gelo no copo e depois mergulha o dedo na água gelada. Pode ficar com a minha água. Talvez fosse bom tomar uma antitetânica.

Fiquei admirada.

- Você é médica?

- Que nada, não sou, não... **Inclusive**, nem posso ver sangue que desmaio. É que já me aconteceu isso uma vez.

Ela não tinha mesmo de ser médica, é claro; era brasileira. Esta cena **só** se vê aqui - uma pessoa se dar o trabalho de acudir uma completa desconhecida, acompanhada e já "atendida", por assim dizer, e ainda lhe oferecer a sua água. Comovida, comentei isso com a Bia (que tem a experiência de quatro anos vividos *naquele país*) e concordamos: em nenhum outro lugar do mundo isso acontece.

Fiquei olhando para o sangue tão vermelho pontilhando a areia e obtemperei (!):

- **Pô, isso também dava uma boa foto... Meio macabra, mas muito legal.**

- Mãe!!! (...)

Aplicando-se, ao estudo da crônica, os conceitos apresentados no capítulo anterior, inicia-se a análise do ponto de vista argumentativo pela identificação da **proposta** e da tese.

Ao se considerar o conceito de *proposta*, percebe-se que se trata de uma *proposta explícita* e cujo *enunciador é individual*, mais especificamente, é a autora do texto em outro momento de sua vida, como se pode constatar por intermédio da desinência de 1ª pessoa: **(24)** *Quando comecei a escrever esta coluna, em janeiro, achei que seria moleza* (1º parágrafo).

(25) *Escrever coluna de segundo caderno é moleza* é a proposição que provoca um questionamento quanto à sua legitimidade mesma, suscitando o desejo de defesa de uma tese.

Para que se entenda bem o fenômeno, não se deve perder de vista que a proposta é a tese de um outro texto, o que significa que sua enunciação se deu na produção desse outro texto. Ocorre que ela pode estar explícita no texto objeto de estudo (no momento, a crônica de Rónai), e é o que ocorreu neste caso. Aqui ela não só está explícita como também vem acompanhada de argumentos: **(26)** *coluna de segundo caderno é uma espécie de bate-papo, eu escrevo daqui, vocês lêem daí (...)* → logo escrever coluna de segundo caderno é moleza.

Levando-se em conta que, para que haja argumentação, deve existir uma proposta e um sujeito que se disponha a questioná-la, determinando-se a estabelecer uma verdade a seu respeito, tem-se Cora Rónai, agora, na sua crônica, expondo sua nova opinião sobre o ato de redigir uma coluna de segundo caderno: **(27)** *Mas – claro! – não é bem assim.*

(28) *Escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza* é a proposição cuja veracidade a autora do texto procura demonstrar; é, portanto, a **tese** do texto. Como se pode constatar, comparando-a com a proposta, é uma negação dela, mas uma negação parcial, já que é dito *não é bem assim* (não é bem uma moleza), e não *não é assim* (não é uma moleza). De outra parte, o fato de constituir uma negação da proposta é o que leva o locutor a utilizar o operador argumentativo **mas**, operador que estabelece a oposição.

Por fim, com relação ao raciocínio que o sujeito desenvolve para estabelecer a verdade, ou seja, quanto aos argumentos, Cora se vale das mais variadas formas de argumentar.

Pensando-se, inicialmente, que os **argumentos** podem defender a tese do locutor ou defender a tese de outrem, no segundo parágrafo, podem-se observar alguns argumentos *pró-tese*, relacionando-se à tese por uma pausa marcada pelo ponto, o que caracteriza o modo de relação T – A.

(29) *Às vezes uma conversa interessantíssima, que dura um jantar inteiro, não dá mísero parágrafo (...)* é um dos argumentos apresentados imediatamente à tese, levando a concluí-la: se uma conversa interessantíssima, que dura um jantar inteiro, não dá mísero parágrafo, então escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza.

Quanto a um argumento antítese usado por Cora, veja-se o quarto parágrafo, que se repete aqui como exemplo de número **(30)**: “Não adianta imaginar que escrevo o que quero; a coluna se escreve. Este é um chavão dos mais batidos, **mas** (...) são tantas as coisas que influenciam a escrita que, no fim, a minha vontade é quase secundária.”

O trecho inicia-se com um argumento pró-tese: **(31)** *Não adianta imaginar que escrevo o que quero; a coluna se escreve*. Assim, se Cora não consegue escrever o que quer, porque a coluna mesma se escreve, então escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza.

Faz parte, porém, da competência argumentativa da cronista a consciência de que os lugares-comuns [*não escrevo o que quero; a coluna se escreve*], pelo desgaste do uso, perdem o peso argumentativo. Assim, antes que o leitor (alocutário) rejeitasse seu argumento, ela (locutor) concedeu-lhe razão, revelando-lhe o pensamento – *este é um chavão dos mais batidos* (X) –, pensamento que constitui o argumento do alocutário e que conduz a esta conclusão: então este argumento [*não escrevo o que quero; a coluna se escreve*] não serve como justificativa para a declaração de que escrever coluna de segundo caderno não é moleza.

Tem-se um argumento antítese (X), que, neste caso, tem a função de antecipação. Antes que o alocutário pense ou expresse seu ponto de vista, o locutor se antecipa, apresentando-lhe o argumento [*este é um chavão dos mais batidos* (X)]. Em seguida, opõe-se a esse argumento por intermédio de um outro, do tipo pró-tese (Y): *mas são tantas as coisas que influenciam a escrita que, no fim, a minha vontade é quase secundária*. Assim, se são tantas as coisas que influenciam a escrita, tornando a vontade de Cora quase secundária, então o argumento [*não escrevo o que quero; a coluna se escreve*] serve como justificativa para a declaração de que escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza.

Representando-se esquematicamente o raciocínio, observa-se isto:

(32) *Não adianta imaginar que escrevo o que quero; a coluna se escreve. Este é um chavão dos mais batidos [logo não serve como justificativa para a afirmação de que escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza], mas (...) são tantas as coisas que influenciam a escrita que, no fim, a minha vontade é quase secundária [logo serve como justificativa para a afirmação de que escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza].*

Considerando-se, agora, o estudo dos argumentos do ponto de vista da macroestrutura textual, identifica-se, na crônica de Rónai, *a argumentação pelos fatos* na segunda parte do texto. Observe-se que ela narra uma ida sua à praia e a situação de não conseguir desligar-se do compromisso de redigir a coluna de segundo caderno. Na ocasião, tudo quanto ela via a conduzia à construção da coluna, inclusive o acidente ocorrido com seu dedo mindinho. Ao ter o dedo espremido pela catraca da cadeira de praia e ver o sangue escorrer e pontilhar a areia, disse: **(32)** *Pô, isso também dava uma boa foto ... Meio macabra, mas muito legal.*

Ora, se até no momento em que escorre sangue do seu dedo, Cora não consegue desligar-se da redação da coluna de segundo caderno, então realmente escrever essa coluna não é bem uma moleza.

Neste caso, a tese é defendida pela narrativa de fatos – a ida à praia e o que lá ocorreu –, com a marcação de agentes – Cora, a filha e outra moça –, numa dada seqüência e com um determinado objetivo – a defesa da tese.

No que se refere aos *argumentos do tipo dados*, veja-se o primeiro parágrafo da segunda parte do texto, em que o modo descritivo aparece encaixado na parte narrativa da crônica:

(33) *No domingo à tarde, na praia, duas carrocinhas de sorvete paradas perto d'água, ambas pintadas da mesma maneira tosca, anunciavam "7 bolas a 1 real". Os dois vendedores, sentados cada qual sobre sua carrocinha, davam um tempo e batiam papo.*

Identificam-se, no recorte, alguns dados, como dia da semana, turno, local, a existência de duas carrocinhas e de dois indivíduos conversando, tudo compondo um quadro que poderia ter sido pintado ou fotografado pela cronista, mas que lamentavelmente não foi, como ela mesma diz: **(34)** - *Caramba, que foto estou perdendo! exclamei. Como é que fui deixar a máquina em casa?.*

Assim, se a simples visão de duas carrocinhas de sorvete e o seu entorno, numa tarde de domingo, a faz lembrar-se da coluna, então escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza.

Finalmente, no que diz respeito aos *argumentos do tipo raciocínio* e sua relação como o *modo argumentativo* de organização do discurso, veja-se um exemplo no último parágrafo da primeira parte da crônica:

(35) *(...) minha referência básica passou a ser o que é ou não é um bom assunto, ou até mesmo o que dá ou não boa ilustração.*

Para defender a tese, a cronista reúne dois argumentos por meio do operador argumentativo **até mesmo**, operador que assinala o argumento mais forte de uma escala orientada para uma dada conclusão: se a referência principal da cronista passou a ser o que dava ou não dava um bom assunto, então escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza; e mais: se a sua referência principal passou a ser **até mesmo** o que dava ou não dava uma boa ilustração, então, com muito mais razão ela diz que *escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza*.

Verifica-se, neste caso, a construção de explicações (os dois argumentos) acerca de uma asserção feita sobre o mundo (a tese), criando verdadeiros laços de causalidade entre as asserções (argumentos e tese). O raciocínio estabelecido pela cronista consiste em apresentar uma justificativa para a sua afirmação e, imediatamente, uma justificativa de mais peso, instalando a relação de causalidade: **se X; se até mesmo Y; então Z**.

Como foi registrado nos Pressupostos Teóricos, é no momento em que se identificam os argumentos do tipo raciocínio que ocorre a convergência entre a macroestrutura e a microestrutura textual no que concerne ao processo da argumentação. É neste ponto, ainda, que se desvia o foco de observação do conteúdo informacional para os componentes lingüísticos.

Entra-se, aqui, portanto, na teoria da argumentação na língua, de Ducrot (1983). Segundo essa teoria, a argumentatividade está inscrita na própria língua, as frases mesmas são argumentativas, pois é propriedade da gramática das línguas ter mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, mecanismos denominados marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação. Um tipo de marca lingüística são os operadores argumentativos, como se pôde constatar no capítulo anterior.

Observando-se, assim, a crônica, da perspectiva dos **operadores argumentativos**, encontra-se, por exemplo, o operador **mas**, cuja função é contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias e, segundo Ducrot, é o operador argumentativo por excelência.

Eis o recorte colhido da primeira parte do texto:

(36) *Hoje mesmo, por exemplo: sobre o que eu poderia, ou deveria, escrever, num feriado prolongado – que não fosse sobre este trabalho, que me arranca do dolce far niente?*

Sei que parece exagero, mas acreditem: não é. A partir do momento em que comecei a coluna, comecei a viver em função dela. Não sei se isso acontece com os outros colunistas, mas minha referência básica passou a ser o que é ou não é bom assunto, ou até mesmo o que dá ou não dá boa ilustração.

Ao longo da primeira parte da crônica, Cora vai arrolando argumentos que defendem a tese de que *escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza*. Num dado momento, ela diz ao leitor *Sei que parece exagero* (tudo quanto está declarando acerca da dificuldade de escrever a coluna), o que leva a concluir → *logo escrever coluna não é tão difícil assim*. Encadeia, porém, um outro enunciado, introduzido pelo operador **mas**, – *mas acreditem: não é* –, o que leva a concluir → *logo escrever coluna é difícil sim*.

Como se pode constatar, o primeiro enunciado [*Sei que parece exagero* – conteúdo proposicional = *É exagero*] constitui um possível argumento do alocutário (o leitor) para a tese de que “é fácil escrever”. Ao introduzir esse argumento no seu próprio discurso, Cora (o locutor) reconhece a sua legitimidade, isto é, concede-lhe razão, mas apresenta um argumento mais forte [*mas acreditem: não é (exagero)*], que defende a tese contrária [*não é fácil escrever*].

Esse argumento mais forte, por seu turno, tem uma característica importante: é introduzido pelo operador **mas**, operador que estabelece a contraposição e anuncia que o argumento que introduz é aquele cuja conclusão predominará. Destaque-se, ainda, que o argumento do alocutário contém duas marcas da presença do locutor: a oração modalizadora *Sei que* (cf. Koch, 2004, p. 51), que fortalece o ato de conceder razão ao argumento do opositor; o verbo modal *parecer*, que, de certa maneira, antecipa o argumento seguinte (*não é um exagero*).

Vale registrar que, quando o argumento do alocutário não vem marcado por verbos como *parecer*, não há nenhum tipo de antecipação do conteúdo do argumento seguinte. Veja-se o exemplo criado a partir da temática da crônica, no qual Rónai, depois de ouvir de um amigo que *diariamente ocorrem fatos interessantes*, responde-lhe o seguinte:

(37) *Diariamente ocorrem fatos interessantes* [logo é fácil escrever coluna de segundo caderno], **mas a maioria não se transforma em bom assunto para a coluna de segundo caderno** [logo não é fácil escrever coluna de segundo caderno]

Neste tipo de construção, sem marcas do locutor no argumento do alocutário (tipo mais recorrente, aliás), tem-se a *estratégia do suspense* (cf. Guimarães, 1987, p. 120). Inicia-se o discurso, concedendo razão ao argumento do opositor por intermédio de um enunciado não marcado por operador nem por verbo modal [Diariamente (...)]interessantes]. O interlocutor (amigo de Cora), então, ao ouvir o seu argumento sendo repetido, imagina, por instantes, que o locutor (Cora) pensa da mesma forma, mas logo se depara com um argumento mais forte do que o seu [mas a maioria (...)], defendendo a tese contrária.

A cronista ainda poderia ter respondido isto:

(38) *Embora diariamente ocorram fatos interessantes [logo é fácil escrever coluna de segundo caderno], a maioria não se transforma em bom assunto para a coluna de segundo caderno [logo não é fácil escrever coluna de segundo caderno].*

Neste caso, o locutor concederia razão ao argumento do interlocutor por meio do primeiro enunciado [Embora (...)], mas apresentaria um argumento mais forte [a maioria (...)], cuja conclusão predominaria [não é fácil...].

O fenômeno é o mesmo no exemplo com **mas** e no com **embora**: concessão no primeiro enunciado [Diariamente (...)] / Embora (...) e restrição no segundo [mas a maioria (...)] / a maioria (...)]. As estratégias argumentativas, entretanto, são diferentes.

Em (38) tem-se a *estratégia da antecipação*: inicia-se o discurso, concedendo razão ao argumento do outro por meio de um enunciado marcado por operador, o operador concessivo **embora**. O interlocutor, ao se deparar com o enunciado introduzido pelo operador [**Embora** diariamente (...)], sabe, antecipadamente, que o argumento seguinte será mais forte e que conduzirá para uma conclusão contrária [não é fácil escrever coluna (...)].

No recorte (36), Cora poderia ter dito (39) *Embora pareça exagero, não é*. Com essa construção, haveria duas marcas antecipadoras do argumento seguinte: o operador **embora** e o verbo **parecer**.

Outro operador utilizado por Rónai foi o morfema **porque**, cuja função é introduzir uma justificativa ou explicação relacionada ao enunciado anterior.

Veja-se o recorte retirado da segunda parte da crônica:

(40) – *Não põe gelo na ferida **porque** pode queimar. Faz assim, ó: põe o gelo no copo e depois mergulha o dedo na água gelada. Pode ficar com a minha água. Talvez fosse bom tomar uma antitétânica.*

– *Você é médica?*

– *Que nada, não sou, não... **Inclusive** nem posso ver sangue que desmaio.* [logo a estou orientando dessa forma não por ser médica]

Neste trecho, verifica-se a presença do operador **porque**, com valor de justificativa (ou explicação). É importante esclarecer alguns pontos acerca desse valor semântico, que difere do de causa. A justificativa diz respeito a um ato de fala (e não a um fato), que pode ser de asserção, de ordem, de pedido *etc.* Se o primeiro enunciado constituir um ato de asserção, tem-se a estrutura morfossintática prototípica de tese – frase declarativa. Se constituir outro tipo de ato ilocucionário, um ato de conselho, por exemplo, o juízo de valor que constitui uma tese, estará subjacente à estrutura desse ato.

Em (41) *Não põe o gelo na ferida, **porque** pode queimar*, observa-se um conselho dado pela moça à Cora, conselho que é justificado pelo enunciado introduzido pelo operador **porque** (Não põe o gelo na ferida. Eu lhe dou esse conselho, porque pode queimar). Embora se tenha uma estrutura de ato de conselho (verbo no imperativo), implicitamente há uma tese (asserção): *Você não deve pôr o gelo na ferida*, porque pode queimar (Você não deve pôr o gelo na ferida; e eu digo isso, porque pode queimar).

No recorte acima (40), há, ainda, um outro operador: o morfema **inclusive**. A moça que ajudou Rónai se vale de dois argumentos para defender a tese de que *estava orientando a cronista daquela forma não por ser médica*: 1º) ela não cursara medicina (argumento possível subjazendo à resposta “Que nada, não sou, não”; 2º) ela não podia nem ver sangue que desmaiava (argumento mais forte, apontando para a mesma conclusão).

Desta forma, se ela não cursara medicina, então estava orientando a cronista daquela forma não por ser médica; se ela não podia ver sangue, pois desmaiava, então, sem dúvida alguma ela estava orientando a cronista daquela forma não por ser médica. Como se constata, a função do operador **inclusive** é justamente marcar o argumento de mais peso para a defesa da tese.

Veja-se agora um recorte, também da segunda parte da crônica, em que se identifica um operador cuja característica é funcionar numa escala orientada para a negação total:

(42) *Ela não tinha mesmo de ser médica, é claro; era brasileira. Esta cena só se vê aqui – uma pessoa se dar o trabalho de acudir uma completa desconhecida, acompanhada e já “atendida”, por assim dizer, e ainda lhe oferecer água.*

Quando Cora diz que aquele tipo de cena só se via no Brasil, estava argumentando para a tese de que “a moça era brasileira”. Trata-se de um argumento marcado pelo operador **só**, que funciona numa escala orientada para a negação da totalidade. Para que se entenda o que isso significa, basta dizer que a totalidade corresponde a todos os países, e a negação da totalidade, ao Brasil apenas.

Ora, se aquela cena só se via no Brasil, então a moça só poderia ser brasileira e não de outra nacionalidade.

No que concerne às **informações pressupostas**, o outro conteúdo a ser analisado em *Sangue e Areia*, destacam-se estes dois recortes da primeira parte da crônica, nos quais a pressuposição contribui para o caráter argumentativo do texto.

(43) *Há assuntos que tento, em vão, encaixar em algum lugar - o tempo passa e eles **continuam** mudos, atropelados pelos acontecimentos ou pelo meu estado de espírito.*

(44) *Não sei se isso acontece com os outros colunistas, mas minha referência básica **passou a** ser o que é ou não é bom assunto, ou até mesmo o que dá ou não dá boa ilustração.*

No capítulo anterior (pressupostos teóricos), mostrou-se que determinados enunciados veiculam um conteúdo posto, que é a informação nova, e um conteúdo pressuposto, que é a informação velha. A informação velha, como foi dito, é indiscutível, o que faz com que desempenhe uma função importante: a de dar mais peso ao argumento em que se constitui o enunciado.

Assim, em (43), observa-se um marcador de pressuposição – o verbo **continuar** (permanência de estado) – indicando que existem dois conteúdos: o posto – *Os assuntos estão mudos; são atropelados pelos acontecimentos e pelo estado de espírito de Cora* – e o pressuposto – *Os assuntos já estavam mudos (...)* antes da redação da crônica.

Ora, se Cora tenta usar alguns assuntos como tema de crônica, mas eles estão mudos, então escrever coluna de segundo caderno não é bem uma moleza. Por outro lado, se esses assuntos já estão mudos há tempos, desde bem antes da redação de *Sangue e Areia*, isto é, se eles não se têm prestado para tema de crônica, embora Rónai tente encaixá-los, então se constata uma razão mais forte ainda para acreditar que escrever coluna de segundo caderno não é moleza.

Em (44), o marcador de pressuposição é o verbo **passar a**, que indica mudança de estado. Isso significa que, enquanto o conteúdo posto é este – *A referência básica de Cora é o que constitui ou não um bom assunto para tema de crônica de segundo caderno ou o que dá ou não dá boa ilustração* –, o conteúdo pressuposto é este – *Antes de escrever coluna de segundo caderno, a referência básica de Cora não era o que constituía ou não bom assunto, o que dava ou não dava boa ilustração*.

Do ponto de vista discursivo, percebe-se que o fato de o argumento veicular dois conteúdos torna-o mais forte. Dizer que *a referência básica é o que constitui ou não bom assunto, o que dá ou não dá boa ilustração* conduz para a conclusão de que *escrever coluna de segundo caderno não é fácil*. Dizer que *a referência básica passou a ser o que é ou não é bom assunto, ou até mesmo o que dá ou não dá boa ilustração* significa que *antes a referência básica não era esta* (Cora considerava importantes outras atividades, conseguia relaxar nos momentos de lazer *etc.*), portanto a redação da coluna passou a ocupar um lugar vital na existência da cronista. Em outros termos, *escrever coluna é difícil*.

Como se percebe, os conteúdos pressupostos, embora tenham uma natureza implícita, desempenham um papel importante no ato de argumentar, na medida em que conferem ao argumento um peso maior. Por outro lado, ao lhe conferirem um peso maior, dão-lhe um poder maior de convencimento.

Vejam-se, agora, as conclusões.

4 Conclusão

Como se pôde constatar, ao longo deste artigo, muitos são os conteúdos a serem explorados no trabalho com o texto de caráter argumentativo. Muitos outros ainda poderiam ter sido abordados, porém acredita-se que os aspectos mais relevantes estiveram presentes.

É indispensável mostrar ao aluno que a **proposta**, estando ela explícita ou não, é a asserção capaz de gerar polêmica, ou seja, é a motivação para o surgimento de uma tese. A **tese**, de outra parte, coincidente ou não com a proposta, é a asserção que será defendida com o objetivo de convencer o alocutário e, por conseguinte, persuadi-lo, fazê-lo, senão mudar de conduta, pelo menos refletir sobre as idéias expostas. A defesa da tese, por outro lado, será atualizada nos **argumentos**, que se construirão na macro e na microestrutura textual. Macroestruturalmente, podem-se organizar segundo uma determinada tipologia (argumentos do tipo fatos, dados e raciocínios, por exemplo) e de acordo com um dado conteúdo informativo; microestruturalmente, por intermédio de mecanismos lingüísticos (operadores argumentativos, marcadores de pressuposição, por exemplo) que vão, juntamente com o contexto situacional, inserir as frases no âmbito do discurso.

Acredita-se que essa metodologia de tratamento do processo da argumentação ofereça ao aluno: na condição de alocutário, a possibilidade de compreensão do texto como um todo, de identificação das opiniões do locutor, da descoberta das estratégias argumentativas utilizadas por ele bem como da descoberta de suas intenções; na condição de locutor, o desenvolvimento da habilidade de divulgar suas idéias, defendendo-as por meio dos mecanismos lingüísticos e discursivos adequados.

Referências bibliográficas

ANSCOMBRE, J.C. e DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas, Mardaga, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette, 1992.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. De Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. J. *Texto argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

KOCH, I.V. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004, a.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004, b.

GOUVÊA, L.H.M. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e SANTOS, L. W. dos. (org.) *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

OLIVEIRA, H.F.de. O modo argumentativo de organização do discurso: análise de um texto jornalístico. In: *Anais do II Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso: o discurso da mídia*. Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Língua portuguesa: visão discursiva. Descrição do português à luz da lingüística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.